



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA DO PIAUÍ

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela  
Eng. Agrônomo, Dr. em Ciências Sociais  
Pesquisador da Embrapa



## APRESENTAÇÃO

O histórico da atuação prática das câmaras setoriais, no Estado do Piauí, cuja origem remonta a 2003, no início da minha gestão na então recém-criada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, mostra que não é fácil a luta cotidiana por um pequeno espaço no orçamento estadual. Desde os primórdios, mais de vinte câmaras setoriais já foram criadas. Na atualidade, verifica-se a consolidação da maioria delas, fruto de uma forte resiliência e de uma atuação cotidiana em busca da superação dos entraves ao desenvolvimento de cada um dos setores por elas representados. Estratégias são sempre pensadas, repensadas, criadas e recriadas no intuito da busca do convencimento das diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor para que estabeleçam parcerias com as câmaras setoriais e participem, de forma efetiva, de um movimento virtuoso de otimização das suas respectivas atuações. Este movimento visa a definição de estratégias que apontem na direção das soluções dos principais gargalos setoriais a partir da reunião de competências, expertises, capacidade instaladas e recursos financeiros disponíveis que, somados e articulados, são muito mais capazes de viabilizar resultados eficientes e eficazes.

Visando municiar as câmaras setoriais de um instrumento sócio-político que pode vir a facilitar suas respectivas atuações, é que resolvemos produzir este Plano de Desenvolvimento que, longe de pretender ter caráter científico nem ser o único a cumprir o objetivo aqui proposto e muito menos pretender esgotar o debate sobre os caminhos a serem percorridos, busca, ao contrário, estimular ainda mais estes debates a partir de dados oficiais e percepções de quem atua direta e cotidianamente em cada um destes setores. É um plano que necessita, pela sua própria natureza, ser frequentemente revisto.

## INTRODUÇÃO

Em 2003 foi criada a Câmara Setorial da Piscicultura e Aquicultura do Piauí, a partir de iniciativa da então Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural do Piauí. Desde lá, trava-se um longo debate sobre a cadeia produtiva da piscicultura no Estado. Pode-se, hoje, observar que vários e importantes estudos foram realizados visando caracterizar e diagnosticar a atividade, bem como apresentar caminhos e trilhas a serem seguidos e perseguidos visando seu crescimento e desenvolvimento. Portanto, a composição e o funcionamento desta cadeia produtiva são aspectos suficientemente conhecidos dos gestores públicos cuidam da piscicultura e dos próprios representantes e interlocutores setoriais. No entanto, a realidade atual mostra que o nível de profissionalização do setor deixa a desejar tendo em vista que o grau de utilização de tecnologias modernas ainda é relativamente baixo, prevalecendo processos de produção tradicionais em quase todos os empreendimentos, o que eleva o custo de produção, reduzindo, em consequência, as margens de lucro. É preciso enfrentar problemas básicos, como o atendimento a normas sanitárias, a atração de empresas âncoras, a definição de instrumentos de fomento adequados às especificidades do setor e o estabelecimento de um programa de assistência técnica especializado para a piscicultura.

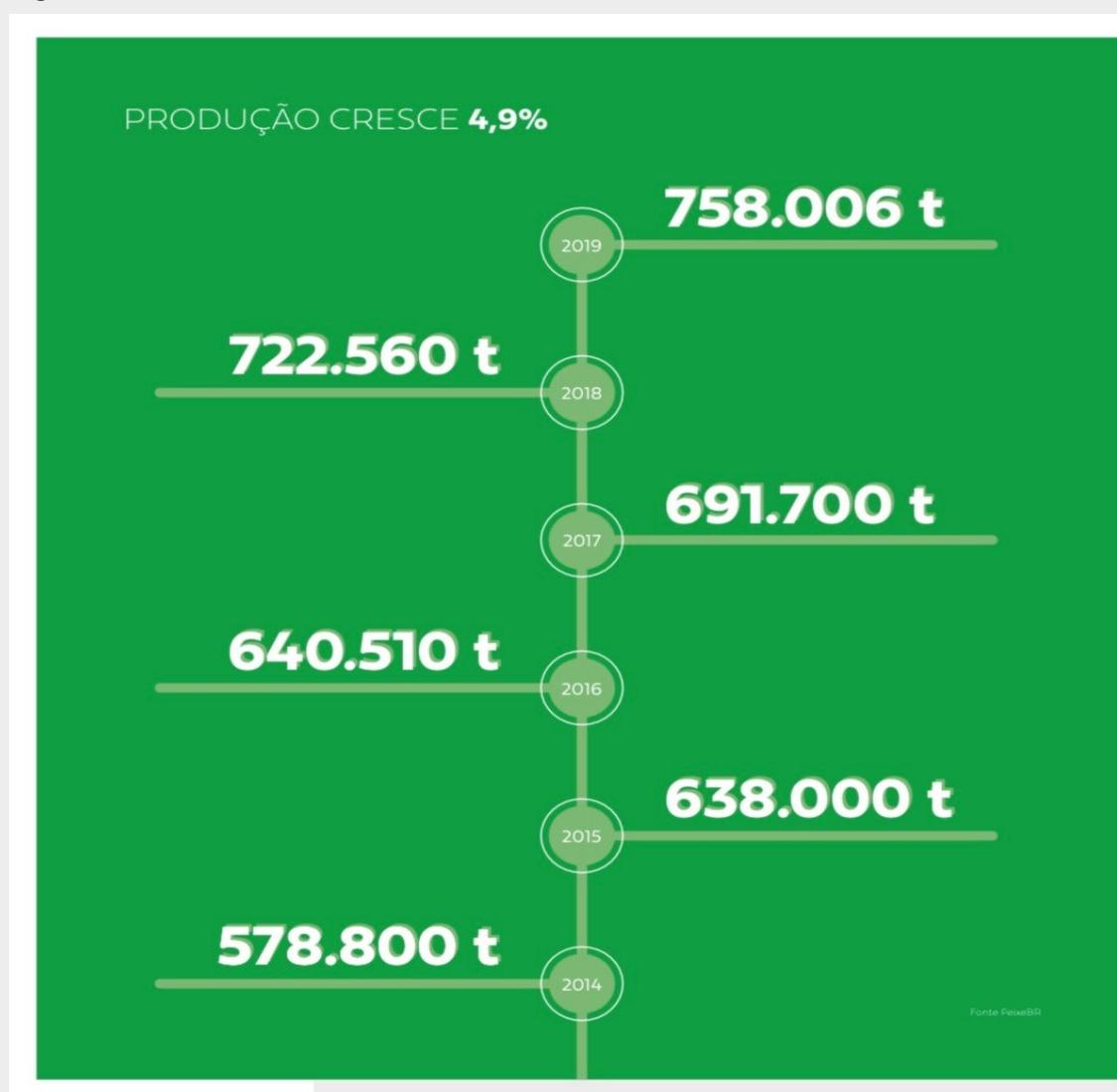
Com uma população de 3,3 milhões de habitantes em 2020, é provável que o consumo diário de pescados, no Piauí, seja suficiente para o escoamento de toda a produção atual. Tendo por base a produção de aproximadamente 20.000 toneladas em 2019, o consumo per capita bastaria ser de apenas 6 quilos de peixe por ano para que fosse consumida toda a produção estadual. Com base nestes números, pode-se inferir que ainda há um grande espaço para crescimento da piscicultura piauiense mesmo se considerarmos apenas o mercado doméstico. O consumo de peixe pelos brasileiros está em uma média de 10 kg/pessoa/ano enquanto a Organização Mundial da Saúde recomenda um mínimo de 12 kg/pessoa/ano e o consumo mundial está em uma média de 20 kg/pessoa/ano. Além do baixo consumo per capita brasileiro (metade da média mundial), segundo o Anuário Peixe BR 2020, apenas 33% do pescado consumido no Brasil é de origem nacional. Estes dados não deixam dúvidas do grande potencial de crescimento da piscicultura nacional e do Estado do Piauí, por sua vez.

Trata-se, portanto, de um mercado altamente promissor para novos investimentos nos empreendimentos que já existem ou em novos empreendimentos de produção direta da matéria-prima (peixe) ou mesmo na sua transformação em produtos derivados. Propõe-se, aqui, um plano de desenvolvimento objetivo que ataca os principais gargalos da cadeia produtiva, visando indicar ações concretas, viáveis e urgentes que venham a efetivamente modificar o atual estágio desta tão rica e fundamental atividade econômica. Assim, após um rápido panorama do atual cenário, passa-se direto às ações a serem adotadas, seja de políticas públicas, seja no âmbito da iniciativa privada, para que se promova uma rápida mudança com ganhos sociais, econômicos, ambientais e políticos em todos os elos da cadeia produtiva. Trata-se de um documento de caráter sócio-político, sem pretensões científicas, que visa instrumentalizar as lideranças setoriais na busca de conquistas que beneficiarão o setor.

## 1. PANORAMA ATUAL DA PRODUÇÃO DE PEIXE DE CULTIVO NO BRASIL

O Brasil tem tido um crescimento constante na produção de peixes de cultivo, neste século. Como mostra a Figura 1, a produção brasileira atingiu 758.006 toneladas em 2019. Esse desempenho representa crescimento de 4,9% sobre o ano de 2018 (722.560 t) e de 31% em relação ao ano de 2014 (578.800 t), segundo a Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), dados publicados no Anuário Peixe BR 2020.

**Figura 1- Produção de Peixes de Cultivo no Brasil - 2014-2019**



Fonte: Anuário Peixe BR 2020

Regionalmente, de acordo com a tabela 1, a região Sul ampliou sua participação na piscicultura brasileira, alcançando 30,30% da produção total em 2019, contra 27,50% no ano anterior. Em seguida estão as regiões Norte (20%), Nordeste (18,35%), Sudeste (16,80%) e Centro-Oeste (14,55%), de acordo com Anuário Peixe BR 2020.

**Tabela 1- Produção de Peixes por Região - 2019**

<b>REGIÃO</b>	<b>VALORES</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
<b>Nordeste</b>	139.094,1	18,3
<b>Norte</b>	151.601,2	20,0
<b>Centro-oeste</b>	110.289,8	14,5
<b>Sudeste</b>	127.345	16,8
<b>Sul</b>	229.675,8	30,3
<b>TOTAL</b>	758.006	100,0

Fonte: Anuário Peixe BR 2020

## 2. PARTICIPAÇÃO ATUAL DO ESTADO DO PIAUÍ NA PRODUÇÃO DE PEIXE DE CULTIVO

No ranking dos estados, o Piauí ocupa a 14ª posição (Tabela 2), com 19.890 toneladas, em 2019, o que representa um aumento de 3% em relação a 2018 (19.310 t). A vasta extensão territorial do Estado, somada à disponibilidade de água, tanto de superfície quanto subterrânea, contribuem para um lento, porém progressivo crescimento da piscicultura no Piauí.

**Tabela 2 – Ranking brasileiro da produção de peixe de cultivo em 2020**

RANK 2017	RANK 2018	RANK 2019	ESTADO	2018	2019	VARIAÇÃO %
1º	1º	1º	PARANÁ	129.900	154.200	18,7
3º	2º	2º	SÃO PAULO	73.200	69.800	-4,6
2º	3º	3º	RONDÔNIA	72.800	68.800	-5,5
5º	5º	4º	SANTA CATARINA	45.700	50.200	9,8
4º	4º	5º	MATO GROSSO	54.510	49.400	-9,4
10º	6º	6º	MARANHÃO	39.050	45.000	15,2
7º	7º	7º	MINAS GERAIS	33.150	38.600	16,4
11º	10º	8º	MATO GROSSO DO SUL	25.850	29.800	15,3
6º	8º	9º	GOIÁS	30.630	29.500	-3,7
9º	9º	10º	BAHIA	30.460	28.600	-6,1
15º	12º	11º	PERNAMBUCO	23.470	25.500	8,6
13º	11º	12º	PARÁ	23.720	25.500	7,5
12º	13º	13º	RIO GRANDE DO SUL	23.000	25.000	8,7
8º	16º	14º	AMAZONAS	15.270	20.596	34,9
14º	14º	15º	PIAUÍ	19.310	19.890	3,0
16º	15º	16º	RORAIMA	17.100	18.400	7,6
18º	18º	17º	ESPÍRITO SANTO	13.190	14.230	7,9
17º	17º	18º	TOCANTINS	14.600	13.300	-8,9
23º	20º	19º	ALAGOAS	8.250	8.000	-3,0
22º	22º	20º	RIO DE JANEIRO	4.580	4.700	2,6
19º	19º	21º	ACRE	8.500	4.400	-48,2
21º	23º	22º	SERGIPE	3.550	3.690	3,9
25º	25º	23º	RIO GRANDE DO NORTE	2.410	3.200	32,8
24º	24º	24º	PARAÍBA	2.930	3.100	5,8
20º	21º	25º	CEARÁ	4.900	2.000	-59,2
26º	26º	26º	DISTRITO FEDERAL	1.500	1.500	0,0
27º	27º	27º	AMAPÁ	1.030	1.100	6,8
<b>TOTAL</b>				<b>722.560</b>	<b>758.006</b>	<b>4,9</b>

Fonte: Anuário Peixe BR 2020

Já no ranking regional o Estado do Piauí ocupa o 4º lugar (Tabela 3), ficando atrás dos estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco. Todos os indicadores apontam para uma progressão significativa da piscicultura no Estado do Piauí nos próximos anos, caso ações de fomento, por parte do poder público sejam viabilizadas. Já se observa importante movimento de piscicultores e empresas de outros estados migrando para o Piauí, atraídos pela grande disponibilidade de recursos naturais do estado.

**Tabela 3 - Produção de Peixes Região Nordeste 2019**

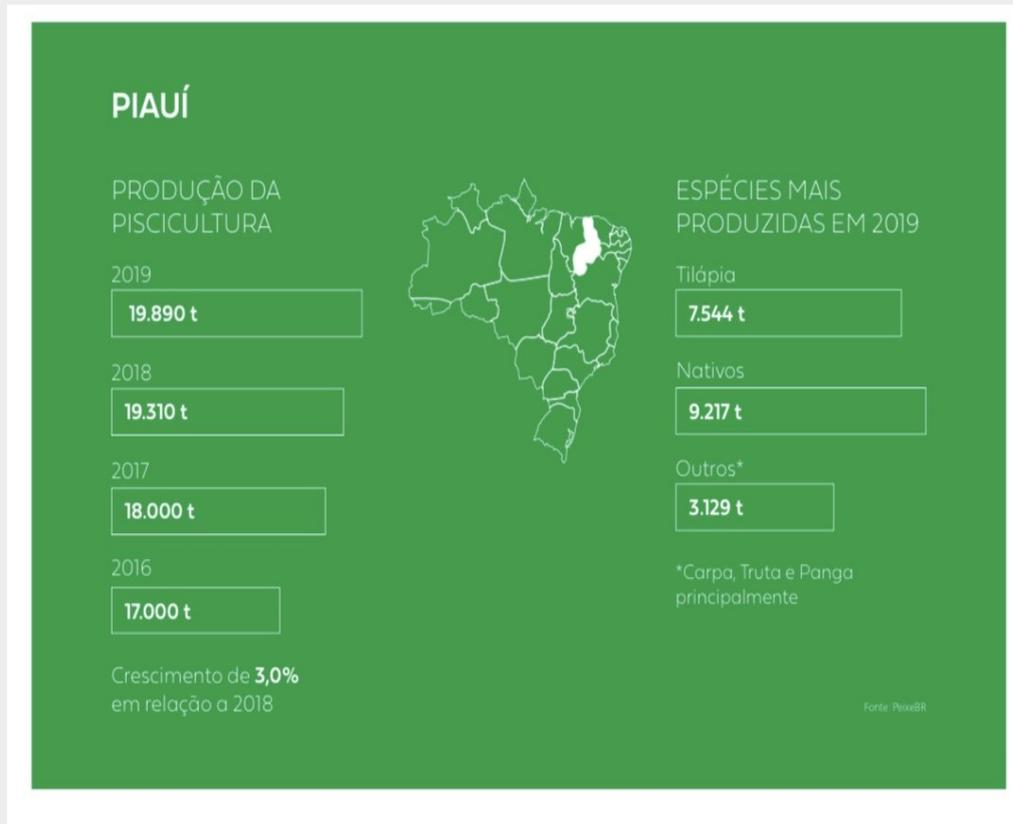
RANKING	ESTADO	TILÁPIA	NATIVOS	OUTROS*	TOTAL
5º	ALAGOAS	5.398	2.602	0	8.000
2º	BAHIA	23.398	5.202	0	28.600
9º	CEARÁ	2.000	0	0	2.000
1º	MARANHÃO	4.019	38.511	2.470	45.000
8º	PARAÍBA	2.975	52	73	3.100
3º	PERNAMBUCO	25.421	61	18	25.500
4º	PIAUI	7.544	9.217	3.129	19.890
7º	RIO GRANDE DO NORTE	1.733	95	1.372	3.200
6º	SERGIPE	1.338	2.151	201	3.690
	*CARPA, TRUTA E PANGA.				
	<b>Total</b>	<b>73.826</b>	<b>57891</b>	<b>7263</b>	<b>138.980</b>

Fonte: Anuário Peixe BR 2020

A figura 2 mostra o expressivo crescimento da piscicultura no Piauí entre os anos de 2016 e 2019, saltando de 17 mil toneladas para quase 20 mil toneladas, o que representa um percentual de 17% de crescimento em 4 anos e uma média de crescimento anual de mais de 4%. Há que se destacar que esta performance ocorreu mesmo sem a adoção de um programa sistemático de apoio do setor público, muito embora ações isoladas tenham sido implementadas, seja por instituições públicas, seja pelo terceiro setor. No âmbito da iniciativa privada, o destaque é para o movimento de empresas dos estados do Ceará e de Pernambuco que buscaram o

Piauí como alternativa à falta d'água ocorrida naqueles estados devido à seca prolongada de 2011 a 2016. Este fenômeno tem contribuído para uma certa reconfiguração setorial e para o incremento da produção estadual.

**Figura 2 – Produção de Peixes de Cultivo no estado do Piauí - 2016-2019**



Fonte: Anuário Peixe BR 2020

No estado do Piauí, a maioria dos municípios produz peixe de cultivo. A tabela 8 traz os dados recentes da produção das duas principais espécies produzidas no Piauí: Tambaqui e Tilápia, tendo por base o ano de 2018, segundo o IBGE. Na produção de Tambaqui, destacaram-se o município de Nazária com 692 toneladas e o município de José de Freitas com 430 toneladas como os



maiores produtores. No caso da Tilápia, os municípios que mais produziram a espécie são Guadalupe com 2.249 toneladas, Piripiri 136 toneladas, Bocaina com 115 toneladas e Ilha grande com 104 toneladas. Outros municípios também apresentaram produção em volumes considerados, como Nazária e Luzilândia, acima de 80 toneladas, em 2018.

**Tabela 4 – Produção Municipal de Peixes (Tambaqui e Tilápia) – Piauí (2019)**

MUNICÍPIOS DO ESTADO	TAMBAQUI (kg)		TILÁPIA (kg)	
	TOTAL DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO (X 1000) R\$	TOTAL DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO (X 1000) R\$
ÁGUA BRANCA	2.700	22,68	-	-
ALTOS	22.211	167,75	13.666	114,79
AMARANTE	116.020	951,36	1.320	11,22
ANÍSIO DE ABREU	2.100	21,00	600	6,00
AROAZES	17.000	145,35	-	-
AGRICOLÂNDIA	7.800	58,50	5.500	45,65
ALTO LONGÁ	151.024	1.132,68	19.325	150,74
ALVORADA DO GURGUÉIA	3.400	34,00	-	-
ANGICAL DO PI	3.840	31,49	-	-
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	1.995	16,96	-	-
BARRAS	110.500	773,50	26.000	192,40
BARRO DURO	14.500	118,90	5.800	48,14
BENEDITINOS	337.583	2.700,66	5.916	47,33
BOCAINA	7.000	56,00	115.000	943,00
BOQUEIRÃO DO PI	659	5,14	568	4,43
BREJO DO PI	20.600	195,70	950	9,31
BARRA D'ALCÂNTARA	3.325	27,93	-	-

<b>BARREIRAS DO PI</b>	1.500	13,80	-	-
<b>BATALHA</b>	180.000	1.170,00	45.000	315,00
<b>BOA HORA</b>	1.600	13,32	2.500	20,75
<b>BOM JESUS</b>	42.945	386,50	6.000	57,00
<b>BERTOLÍNIA</b>	4.800	40,32	1.000	9,20
<b>BONFIM DO PI</b>	1.000	12,00	5.000	60,00
<b>BRASILEIRA</b>	5.308	38,75	6.558	51,15
<b>BURITI DOS LOPES</b>	15.800	100,49	33.400	208,42
<b>CABECEIRAS DO PI</b>	17.500	140,00	-	-
<b>CAMPINAS DO PI</b>	32.000	265,60	19.200	161,28
<b>CAMPO MAIOR</b>	109.888	824,16	61.812	475,95
<b>CANTO DO BURITI</b>	8.100	81,00	-	-
<b>CARAÚBAS DO PI</b>	3.600	29,41	-	-
<b>CASTELO DO PI</b>	46.389	371,11	36.187	289,50
<b>COCAL</b>	-	-	10.700	86,35
<b>COCAL DOS ALVES</b>	500	4,00	500	4,50
<b>COLÔNIA DO GURGUÉIA</b>	24.508	232,83	6.097	59,75
<b>CONCEIÇÃO DO CANINDÉ</b>	70.400	577,28	12.800	107,52
<b>CRISTINO CASTRO</b>	11.700	137,47	-	-
<b>CURRAIS</b>	9.100	72,80	2.200	18,70
<b>CURRALINHOS</b>	67.391	559,35	23.508	199,82
<b>CAJAZEIRAS DO PI</b>	1.780	14,60	-	-
<b>CALDEIRÃO GRANDE DO PI</b>	1.000	8,50	-	-
<b>CAMPO LARGO DO P</b>	45.500	364,00	2.700	20,25
<b>CANAVIEIRA</b>	2.541	22,87	-	-
<b>CAPITÃO DE CAMPOS</b>	12.800	99,06	9.320	78,29
<b>CARIDADE DO PI</b>	4.200	34,86	-	-
<b>CAXINGÓ</b>	11.700	76,28	11.608	96,35

<b>COCAL DE TELHA</b>	2.800	21,00	3.310	24,82
<b>COIVARAS</b>	10.900	91,02	910	7,74
<b>COLÔNIA DO PI</b>	22.400	183,68	-	-
<b>DEMerval LOBÃO</b>	145.322	1.162,58	19.858	162,84
<b>DOM EXPEDITO LOPES</b>	1.000	8,00	1.200	9,60
<b>DOMINGOS MOURÃO</b>	1.260	10,08	8.168	66,98
<b>DOM INOCÊNCIO</b>	-	-	3.780	33,64
<b>ELESBÃO VELOSO</b>	37.800	325,08	3.900	34,32
<b>ELISEU MARTINS</b>	1.500	14,55	-	-
<b>ESPERANTINA</b>	71.000	589,30	45.600	387,60
<b>FARTURA DO PI</b>	5.040	52,92	-	-
<b>FLORESTA DO PI</b>	1.100	9,02	-	-
<b>FRANCINÓPOLIS</b>	13.800	121,44	-	-
<b>FRANCISCO MACEDO</b>	-	-	17.500	143,50
<b>FRONTEIRAS</b>	-	-	30.250	248,05
<b>FLORIANO</b>	20.000	166,00	-	-
<b>FRANCISCO AYRES</b>	2.166	19,49	-	-
<b>GEMINIANO</b>	9.990	79,92	7.998	63,98
<b>GUADALUPE</b>	32.400	265,68	2.249.100	13.944,42
<b>GILBUÉS</b>	1.250	11,88	-	-
<b>ILHA GRANDE</b>	122.025	754,12	104.250	802,73
<b>IPIRANGA DO PI</b>	7.238	54,28	-	-
<b>ITAINÓPOLIS</b>	40.050	320,40	1.100	9,02
<b>INHUMA</b>	21.600	190,08	600	5,40
<b>ISAÍAS COELHO</b>	8.060	65,29	4.992	40,93
<b>JACOBINA DO PI</b>	-	-	7.500	63,75
<b>JARDIM DO MULATO</b>	8.050	68,42	-	-
<b>JERUMENHA</b>	8.720	71,50	-	-
<b>JOAQUIM PIRES</b>	25.500	204,00	18.300	155,55
<b>JOSÉ DE FREITAS</b>	430.000	3.074,50	30.000	231,00
<b>JAICÓS</b>	1.500	12,30	235	1,95

<b>JATOBÁ DO PI</b>	20.649	159,00	7.654	61,23
<b>JOÃO COSTA</b>	5.700	46,74	-	-
<b>JOCA MARQUES</b>	18.500	151,70	3.000	25,50
<b>JUAZEIRO DO PI</b>	11.337	90,70	-	-
<b>LAGOA ALEGRE</b>	24.500	203,35	850	7,22
<b>LAGOA DO SÍTIO</b>	10.600	90,10	-	-
<b>LANDRI SALES</b>	9.240	73,92	10.500	84,00
<b>LUZILÂNDIA</b>	40.000	312,00	85.000	680,00
<b>LAGOA DE S FRANCISCO</b>	1.990	15,32	2.472	20,27
<b>LAGOA DO PI</b>	4.452	37,40	-	-
<b>LAGOINHA DO PI</b>	800	6,72	-	-
<b>LUÍS CORREIA</b>	10.000	60,00	16.150	113,05
<b>MADEIRO</b>	98.000	784,00	28.000	232,40
<b>MACOLÂNDIA</b>	-	-	1.500	12,00
<b>MIGUEL ALVES</b>	90.000	684,00	14.200	116,44
<b>MILTON BRANDÃO</b>	12.264	85,85	16.066	131,74
<b>MURICI DOS PORTELAS</b>	34.490	288,68	9.921	84,33
<b>MANOEL EMÍDIO</b>	7.100	58,22	-	-
<b>MATIAS OLÍMPIO</b>	19.600	166,60	-	-
<b>MIGUEL LEÃO</b>	7.200	59,04	-	-
<b>MONSENHOR GIL</b>	41806	321,91	4.099	32,79
<b>MONTE ALEGRE DO PI</b>	4.900	46,55	-	-
<b>MORRO DO CHAPÉU DO PI</b>	4.100	34,85	3.600	30,96
<b>NAZARÉ DO PI</b>	470	3,85	315	2,65
<b>NOSSA SENHORA DE NAZARÉ</b>	12.936	97,02	-	-
<b>NOVA SANTA RITA</b>	3.920	32,14	500	4,20

<b>NOVO SANTO ANTÔNIO</b>	19.324	150,73	6.716	53,73
<b>NAZÁRIA</b>	691.975	5.674,19	88.479	752,07
<b>NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS</b>	104.000	780,00	-	-
<b>NOVO ORIENTE DO PIAUÍ</b>	10.900	98,10	-	-
<b>OEIRAS</b>	23.700	194,34	1.570	13,03
<b>OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ</b>	8.200	68,06	2.300	19,55
<b>PAJEÚ DO PIAUÍ</b>	2.800	32,20	-	-
<b>PALMEIRAIS</b>	305.152	2.441,22	42.703	345,89
<b>PARNAGUÁ</b>	-	-	-	-
<b>PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ</b>	21.600	162,00	-	-
<b>PAU D'ARCO DO PIAUÍ</b>	16.324	133,86	1.570	13,03
<b>PEDRO LAURENTINO</b>	2.450	19,84	-	-
<b>PIMENTEIRAS</b>	27.800	233,52	2.700	22,95
<b>PIRACURUCA</b>	117.000	702,00	103,00	721,00
<b>PORTO</b>	65.600	557,60	17.000	144,50
<b>PRATA DO PIAUÍ</b>	18.348	150,45	-	-
<b>PAES LANDIM</b>	2.550	21,06	-	-
<b>PALMEIRA DO PIAUÍ</b>	26.684	261,50	-	-
<b>PAQUETÁ</b>	4.568	37,91	670	5,63
<b>PARNAÍBA</b>	27.530	192,71	66.036	563,29
<b>PAULISTANA</b>	19.500	161,85	-	-
<b>PEDRO II</b>	24.445	178,45	29.564	218,77
<b>PICOS</b>	29.940	239,52	69.944	559,55
<b>PIO IX</b>	-	-	33.500	283,80
<b>PIRIPIRI</b>	129.799	908,59	136.830	1.094,64
<b>PORTO ALEGRE DO PIAUÍ</b>	1.530	12,55	3.675	30,87
<b>QUEIMADA NOVA</b>	-	-	14.200	119,28

<b>REDEÇÃO DO GURGUÉIA</b>	13.200	151,80	-	-
<b>RIBEIRO GONÇALVES</b>	1.450	11,89	-	-
<b>SANTA CRUZ DO PI</b>	1.500	12,45	-	-
<b>SANTA FILOMENA</b>	10.080	85,68	-	-
<b>SANTA ROSA DO PI</b>	25.600	208,64	-	-
<b>SANTO INÁCIO DO PI</b>	6.100	50,33	-	-
<b>S FÉLIX DO PI</b>	28.950	246,07	900	70,74
<b>S FRANCISCO DO PI</b>	2.500	20,50	5.500	45,65
<b>S GONÇALO DO PI</b>	28.500	233,70	-	-
<b>S JOÃO DA VARJOTA</b>	850	7,05	-	-
<b>S JOÃO DO PI</b>	19.550	160,31	2.800	23,52
<b>S MIGUEL DO FIDALGO</b>	2.167	18,20	-	-
<b>S PEDRO DO PI</b>	25.400	210,82	6.930	58,91
<b>SIGEFREDO PACHECO</b>	7.680	57,60	9.840	73,80
<b>SIMPLÍCIO MENDES</b>	2.650	21,73	1.600	13,28
<b>SUSSUAPARA</b>	25.000	225,00	20.000	180,00
<b>SANTA CRUZ DOS MILAGRES</b>	20.500	180,40	-	-
<b>SANTA LUZ</b>	25.700	210,74	-	-
<b>S GONÇALO DO GURGUÉIA</b>	2.500	21,25	-	-
<b>S JOÃO DA SERRA</b>	110.000	858,00	12.000	90,00
<b>S JOÃO DO ARRAIAL</b>	7.300	62,05	14.200	120,70
<b>S JOSÉ DO DIVINO</b>	450	3,33	-	-
<b>S JOSÉ DO PI</b>	2.520	21,42	-	-
<b>S MIGUEL DA BAIXA GRANDE</b>	18.478	153,37	-	-
<b>S MIGUEL DO TAPUIO</b>	122.467	796,04	14.790	110,92

<b>S RAIMUNDO</b>	1.000	10,00	1.000	10,00
<b>NONATO</b>				
<b>SIMÕES</b>	3.000	25,50	1.000	8,50
<b>SOCORRO DO PI</b>	6.750	55,35	-	-
<b>TAMBORIL DO PI</b>	2.600	24,70	650	6,50
<b>TERESINA</b>	297.425	2.438,89	39.801	330,35
<b>UNIÃO</b>	230.000	1.725,00	58.000	464,00
<b>URUÇUÍ</b>	2.925	23,98	22.225	188,91
<b>VALENÇA DO PI</b>	38.326	325,77	7.534	64,04
<b>VÁRZEA GRANDE</b>	7.100	58,93	200	1,68
<b>VERA MENDES</b>	4.600	38,64	1.900	16,15
<b>WALL FERRAZ</b>	16.900	138,58	-	-

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) – IBGE 2019

### 3. SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE PEIXES DE CULTIVO NO PIAUÍ

No Piauí, a produção de peixe de cultivo ocorre majoritariamente em viveiros escavados, como mostra a Tabela 4. De um total de 2.995 estabelecimentos que operam este tipo de sistema produção, 2576 utilizam viveiros escavados. O segundo sistema de produção mais utilizado são as barragens ou lagos, onde 265 estabelecimentos operam. Apenas 84 estabelecimentos utilizam o sistema de tanques-rede.



**Tabela 5 – Número de estabelecimentos por sistemas de produção de peixes de cultivo no Nordeste**

LOCAIS DE CRIAÇÃO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
BARRAGENS/LAGOS	322	265	281	130	234	326	475	186	993
TANQUES-REDE	81	84	166	15	24	106	19	21	199
VIVEIROS ESCAVADOS	10.555	2.576	706	222	390	1.040	883	1.008	4.040
MAIS DE UM LOCAL	150	70	45	12	23	43	34	39	174
<b>TOTAL</b>	<b>11.108</b>	<b>2.995</b>	<b>1.198</b>	<b>379</b>	<b>671</b>	<b>1.515</b>	<b>1.411</b>	<b>1.254</b>	<b>5.406</b>
<b>TOTAL DE PRODUÇÃO (EM HÁ)</b>	<b>5.214</b>	<b>766</b>	<b>922</b>	<b>1.179</b>	<b>371</b>	<b>197</b>	<b>216</b>	<b>586</b>	<b>1.955</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

A tabela 6 mostra uma forte predominância de pequenos estabelecimentos com menos de 5 hectares, na produção de peixe de cultivo em todos os estados do Nordeste. Já a participação dos estabelecimentos com mais de 5 hectares é muito baixa, com exceção do Rio Grande do Norte que tem quase 4,4% de estabelecimentos entre 5 e 50 hectares. No Piauí, os pequenos estabelecimentos, até 5 hectares, atingem 99,2% do total e apenas 0,8% está acima. Este dado deixa evidente a necessidade de um programa estadual que aporte diversas ferramentas de apoio e

fomento à piscicultura no estado. É inviável pensar em um crescimento desta atividade no Piauí sem uma forte presença do Estado.

**Tabela 6 – Tamanho dos estabelecimentos em hectares**

TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS (%)	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
5 HECTARES OU MENOS	98,97	99,20	97,41	94,33	97,69	99,71	99,62	98,72	99,49
MAIS DE 5 HECTARES ATE 50 HECTARES	0,98	0,80	2,30	4,24	2,31	0,29	0,38	1,28	0,42
MAIS DE 50 HECTARES	0,05	0,00	0,29	1,43	0	0	0	0	0,09
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

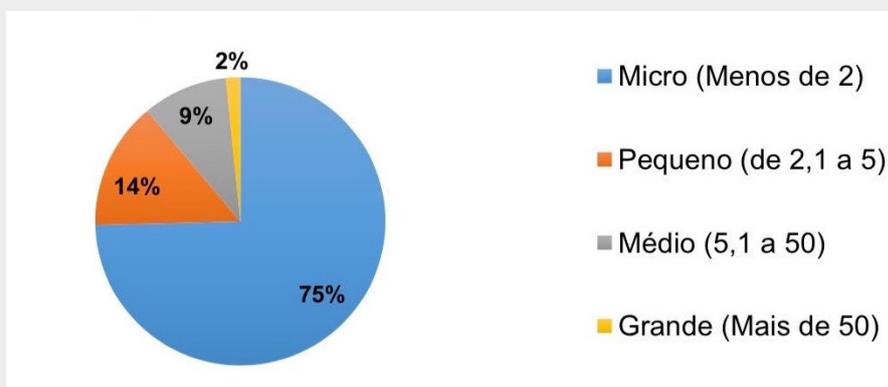
Diante deste cenário, o conjunto das ações precisa levar em conta a cadeia produtiva na totalidade dos seus elos. Um dos principais gargalos tem sido o custo de produção, tendo em vista o alto preço dos insumos, com destaque para ração e energia elétrica. Sabendo-se que o Piauí produz a



principal matéria-prima (soja) que compõe a ração, há que se implementar uma ferramenta de política pública que dê suporte financeiro, com prazos e juros adequados, à aquisição da soja para fabricação da ração pelas próprias organizações dos piscicultores (cooperativas e associações). A assistência técnica acoplada a um intenso processo de transferência de tecnologias e a um forte programa de capacitação profissional mudarão o cenário predominantemente informal que prevalece na atualidade. O apoio técnico e financeiro à adoção de condições logísticas que atendam à legislação sanitária também contribuirá sobremaneira para uma maior profissionalização. O apoio vigoroso à instalação de indústrias de processamento do

pescado visando agregar valor, atender exigências de mercado e enfrentar a concorrência de outros estados é um item indispensável para a viabilidade de todo o esforço anteriormente referido. A garantia de escoamento de parte da produção via programas de aquisição de alimentos também é uma estratégia destacadamente eficiente para apoiar o crescimento setorial, haja visto o perfil familiar de quase a totalidade dos empreendimentos, já apresentado na Tabela 6. Não restam dúvidas, portanto, que a forte presença do estado é crucial para o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura no Estado do Piauí.

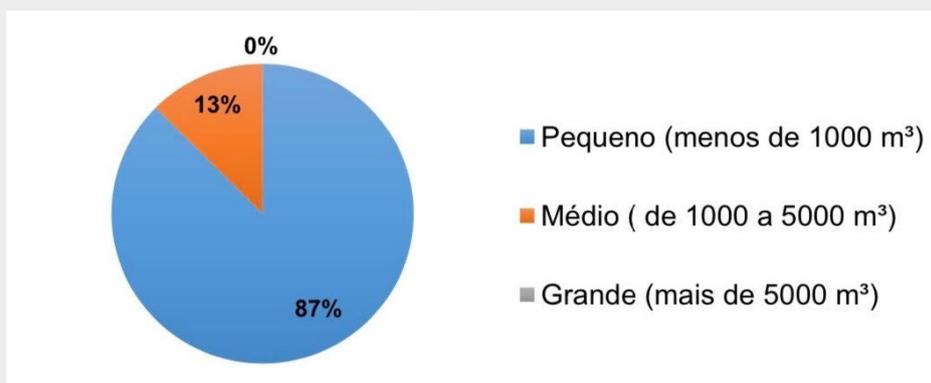
**Figura 3 – Área alagada por produtor (em hectare) – Piauí**



Fonte: Rota et all, 2017

Quando o sistema de produção ocorre através de tanques-rede, o perfil é o mesmo de outras modalidades. Ou seja, predominam os pequenos empreendimentos dos quais 87% têm até 1.000 metros cúbicos. Apenas 13% dos empreendimentos trabalham com tanques-rede entre 1.000 e 5.000 metros cúbicos. Vide Figura 4.

**Figura 4 – Capacidade volumétrica de produção em tanque-rede por piscicultor – Piauí**



Fonte: Rota et all, 2017

A tabela 7 informa que, no estado do Piauí, predominam a criação de Tambaqui, com 2.450 estabelecimentos e de Tilápia, com 849 estabelecimentos, sendo que um estabelecimento pode criar as duas espécies ao mesmo tempo. Em geral, o Tambaqui é consumido principalmente no mercado local, com ainda pouco potencial para destinação para mercado externo. A Tilápia, no entanto, é, atualmente, a espécie com maior volume de exportação no Brasil. Porém, no Piauí, esta espécie ainda é, também, consumida predominantemente no mercado local. Isto indica um grande potencial de crescimento à medida em que houver maior incremento na profissionalização e o conseqüente aumento de escala de produção. Não é difícil perceber o enorme potencial que tem a piscicultura no Piauí, quando se analisa os dados disponíveis, o cenário atual e a realidade da demanda mercadológica.

**Tabela 7 – Número de estabelecimentos por espécies criadas nos estados do Nordeste**

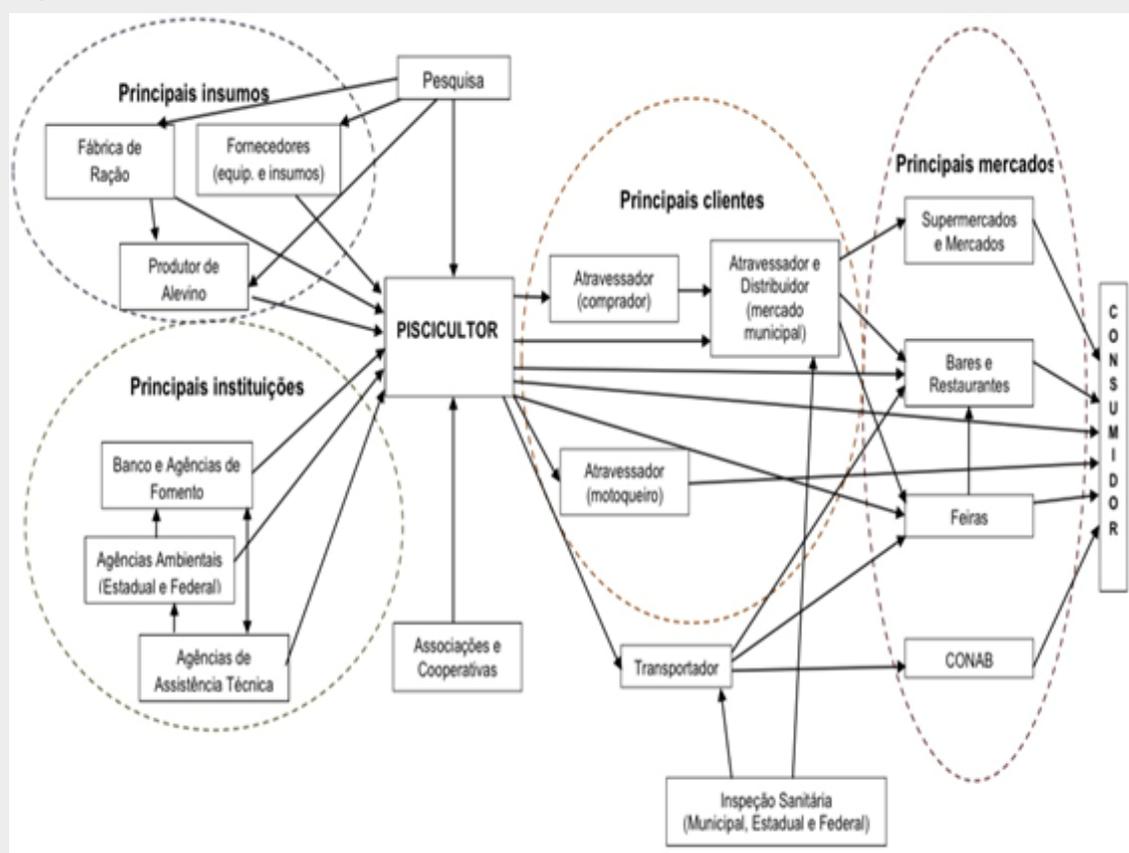
ESPÉCIES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
CARPA	57	111	72	21	34	151	51	75	907
TAMBACU	990	48	12	-	3	10	7	5	320
CURIMATÃ	4.068	308	98	69	69	30	46	122	241
JUNDIÁ	351	5	-	-	-	19	21	11	29
LAMBARI	47	12	6	1	3	19	10	6	38
MATRINXÃ	64	5	1	-	1	-	3	3	75
PACU	1.027	47	4	-	4	5	11	6	122
PINTADO	172	76	7	-	5	64	14	8	165
PIAU	895	211	48	12	23	9	13	14	111
PIRATINGA	157	11	9	-	1	2	-	-	28
PIRARUCU	115	16	23	2	7	12	15	12	195
SURUBIM	271	135	4	-	5	17	18	41	228
TRUTA	-	-	-	-	-	1	-	1	-
TILÁPIA	2.683	849	1.098	348	617	1.339	1.152	796	4.282
TAMBAQUI	6.078	2.450	147	46	104	353	634	802	2.478
TAMBATINGA	2.274	98	11	2	16	12	15	21	81
OUTRAS	2.980	249	118	3	130	173	161	286	832
<b>TOTAL</b>	<b>22.229</b>	<b>4.631</b>	<b>1.658</b>	<b>564</b>	<b>1.022</b>	<b>2.216</b>	<b>2.171</b>	<b>2.209</b>	<b>10.132</b>

Fonte: Anuário Peixe BR 2020

## 4. FUNCIONAMENTO DOS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA

Como expõe a figura 5, há uma importante complexidade na cadeia produtiva por estabelecer um conjunto de interações entre elos que dependem do bom funcionamento dos outros elos para que a cadeia produtiva se desenvolva e se viabilize. A dinâmica da cadeia produtiva da piscicultura no estado do Piauí ainda sofre restrições dada a sua precocidade. É uma atividade relativamente recente visto que 90% dos piscicultores estão na atividade há menos de 10 anos. Não é surpreendente que se conviva com um ainda baixo nível tecnológico nos atuais sistemas de cultivo, nos quais 83% não realizam monitoramento da qualidade da água, 25% ainda não realizam a troca da água e 16% sequer realizam a reposição das perdas de evapotranspiração. Estes dados obtidos em pesquisa de campo de Rota et al, 2017, caracterizam o estágio de desenvolvimento setorial e apontam desafios, como abaixo analisados.

**Figura 5 – Estrutura básica da cadeia produtiva da piscicultura do Piauí**



#### 4.1- Insumos e equipamentos

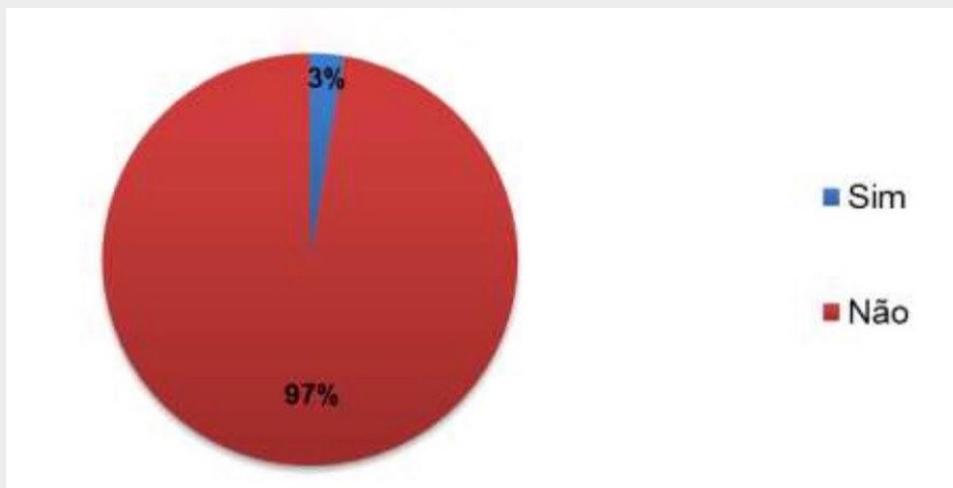
O caráter familiar da piscicultura piauiense, até certo ponto, explica o pequeno número de empresas de base local fornecedoras de ração e equipamentos atuando no Estado do Piauí, o que contribui para a elevação do custo dos insumos e, em consequência, do custo de produção do produto final já que grande parte dos insumos vem de fora do estado e o custo com o frete eleva o preço dos mesmos.

No que toca à produção e oferta local de alevinos, o Piauí tem tido avanços significativos. De acordo com o levantamento do Projeto Pacu (2018), em 2018 existia mais de 10 fornecedores espalhados pelo estado. Em 2020 este número já aumentou. Prevalece a produção e comercialização de Tambaqui, Tilápia, Tambatinga e, mais recentemente, cresceu a oferta da espécie Panga.

#### 4.2 - Acesso ao crédito

O acesso ao crédito ainda é apenas um desejo para quase a totalidade dos piscicultores piauienses. Os dados do projeto Pacu (2018) indicam que 97% destes produtores não tiveram acesso ao crédito até 2018 (Figura 8), realidade que não mudou muito na atualidade. É urgente a definição de instrumentos de crédito adequados para este perfil de piscicultores, cuja grande maioria está na categoria de produtores familiares.

**Figura 6 – Acesso ao crédito para a piscicultura – Piauí 2017**



Fonte: Rota et all, 2017

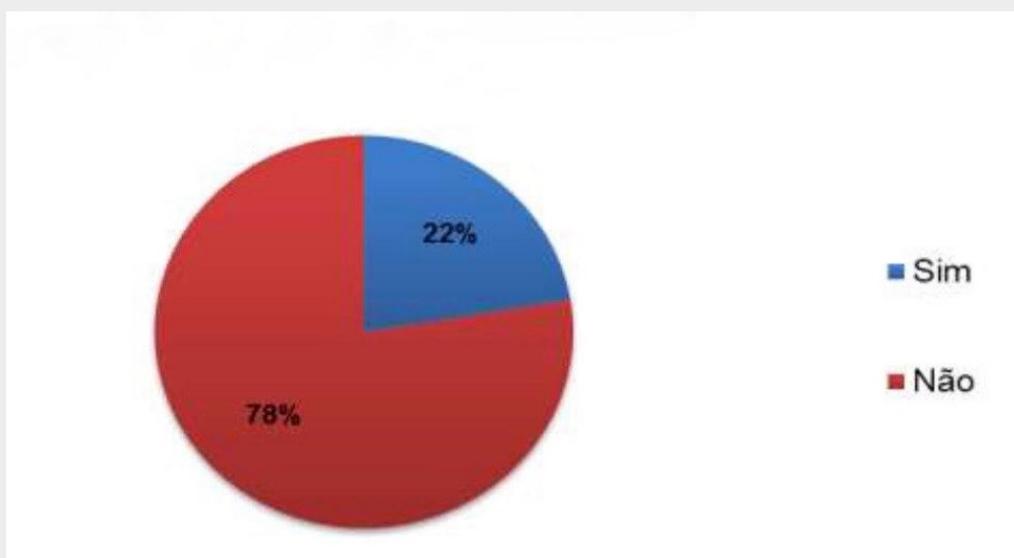
### 4.3- Assistência Técnica

A quase ausência de assistência técnica para a piscicultura é fator muito relevante para o baixo desempenho do setor. Embora registre crescimento nos últimos anos, este poderia ter sido muito maior e com muito mais qualidade se a assistência técnica estivesse presente nos estabelecimentos piscicultores, cujo perfil, como já explicitado, é de estabelecimentos familiares com menos de 5 hectares de lâmina d'água. Esforços isolados de instituições do terceiro setor não são suficientes para suprir as necessidades de apoio técnico e organizacional dos piscicultores piauienses. Considerando a interligação e a interdependência entre os elos da cadeia produtiva, ao não se dispor de assistência técnica sistemática, o acesso ao crédito passa a ser mais um risco do que uma oportunidade.

### 4.4- Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental também se configura em um dos fatores mais problemáticos para a piscicultura tendo em vista as dificuldades dos órgãos ambientais e as exigências da legislação para licenciamento ambiental e concessão de outorga de água. Há alguns anos, o setor espera pelo funcionamento de um sistema digital que permitiria a obtenção virtual e imediata das licenças ambientais.

**Figura 7 – Licenciamento ambiental – Piauí 2017**



Fonte: Rota et al, 2017

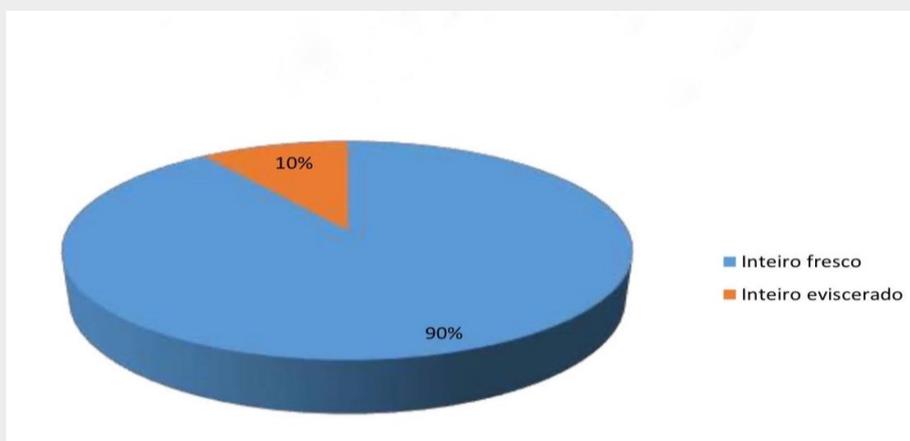
#### 4.5- Regulação Sanitária

De acordo com levantamento feito pelo Projeto Pacu (2018), “a ausência de estruturas de processamento (evisceração, limpeza, filetagem, etc.) de pescado fresco e/ou congelado para fins de comercialização intermunicipal e interestadual foi relatada como um dos grandes entraves ao desenvolvimento da aquicultura no estado do Piauí.” Diante desta realidade, faz-se necessário a elaboração e a adoção de instrumentos de políticas públicas que busquem criar condições para que o pescado produzido e comercializado atenda a legislação sanitária e, em decorrência, possa atingir mercados mais exigentes dentro e fora do estado.

#### 4.6- Acesso a mercados

Os dados apresentados na Figura 9, obtidos através de pesquisa realizada pelo Projeto Pacu, em 2018, colocam em relevo a informalidade do processo de comercialização do peixe, o que provoca reflexos negativos em toda a cadeia produtiva tendo em vista o baixo preço obtido neste mercado informal, aliado ao alto custo de produção já analisado acima e que tem relação com o baixo nível tecnológico, a ausência de assistência técnica e o alto custo dos insumos. Não menos importante é o fato de este mercado informal se encontrar completamente fora dos parâmetros da legislação sanitária, sujeito, inclusive a autuações dos órgãos de defesa agropecuária.

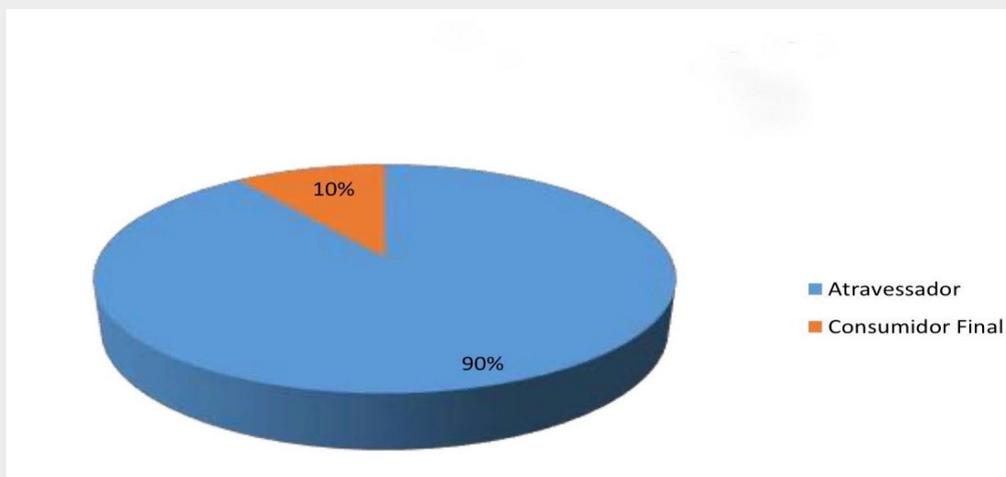
**Figura 8 – Principais formas de comercialização do peixe cultivado no Piauí**



Fonte: Rota et al, 2017

Uma importante lacuna ainda persistente na piscicultura estadual é o pequeno número de empresas “âncoras” instaladas no território estadual. Como consequência direta, 90% do peixe tem sido negociado vivo e diretamente com o atravessador, como mostra a figura 9. O tipo de empresa âncora mais importante para o desenvolvimento do setor é a indústria de transformação que promove a agregação de valor à matéria-prima (o peixe inteiro), através da evisceração e da elaboração de cortes especiais, cujo carro-chefe costuma ser o filé. No Piauí existem apenas duas empresas processadoras do pescado (Empório Pescado, em Teresina; Aquabrasilis, em Luís Correia) que, além de poucas também são de pequeno porte. É urgente e estratégico a atração de médias e grandes empresas com este perfil para dar segurança comercial aos empreendimentos piscicultores, bem como agregar valor ao peixe produzido no Piauí de forma que o grande espaço do mercado nacional e internacional possa ser ocupado também pela piscicultura do Piauí.

**Figura 9 – Destino da Comercialização do peixe cultivado no Piauí**



Fonte: Rota et al, 2017

Corroborando com os dados da Figura 9, a Tabela 8 revela a ausência do estado do Piauí no comércio exterior brasileiro. Há, ainda um longo caminho a ser percorrido até que o Piauí possa vir a figurar nesta lista. O mais importante, no entanto, é que não faltam recursos naturais nem potencial produtivo para que o estado possa ocupar um lugar no comércio exterior, principalmente com a produção de Tilápia que já possui mercado externo consolidado e do qual o Brasil é um dos principais fornecedores.

**Tabela 8 – Exportações brasileiras de Tilápia e seus derivados, por estado, em 2019 (em toneladas e US\$)**

ESTADOS	TONELADAS	%	US\$ FOB	%
Mato Grosso do Sul	2.085,93	39,19%	6.561.106	67%
Paraná	1.302,21	24,47%	1.285.694	13%
Santa Catarina	855,65	16,08%	744.017	8%
Rio de Janeiro	394,18	7,41%	287.192	3%
São Paulo	333,72	6,27%	397.611	4%
Bahia	301,49	5,66%	203.896	2%
Rio Grande do Sul	30,32	0,57%	208.700	2%
Goiás	8,75	0,16%	17.561	0%
ESPÍRITO SANTO	5,16	0,10%	19.996	0%
Maranhão	2,02	0,04%	8.246	0%
Alagoas	1,15	0,02%	6.807	0%
Ceará	1,12	0,02%	4.683	0%
Pernambuco	0,40	0,01%	2.625	0%
Pará	0,31	0,01%	1.597	0%
Rio Grande do Norte	0,06	0,00%	320	0%
Minas Gerais	0,03	0,00%	171	0%
<b>TOTAL</b>	<b>5.322</b>	<b>100%</b>	<b>9.750.222</b>	<b>100%</b>

Fonte: COMEXSTAT/Ministério Da Economia

## 5. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA

### 5.1- Principais políticas públicas e ações governamentais a serem desenvolvidas:

5.1.1- Há que haver uma rápida e efetiva definição de um sistema de **concessão de licenças ambientais e outorga de água** ágil, eficiente e eficaz. Os dados aqui apresentados mostram que quase a totalidade dos piscicultores piauienses são beneficiários da DBIA (Declaração de Baixo Impacto Ambiental) tendo em vista explorarem menos de 5 hectares de lâmina d'água. Mas, muito além de agilizar a concessão da licença ambiental e outorga de água, faz-se necessário um trabalho de “busca-ativa” visando a concessão das licenças ambientais e da outorga à totalidade ou, ao menos, à grande maioria dos piscicultores de forma a inverter a configuração da Figura 7 (acima), que mostra que 78% dos empreendimentos não obtiveram licença ambiental.

5.1.2- É crucial para a atividade da piscicultura piauiense, neste momento, a criação de instrumentos de políticas públicas que favoreçam a **redução dos custos de produção** enquanto avança o processo de profissionalização da atividade. Assim, a ampliação do subsídio ao consumo de energia ampliando o número de beneficiários e desburocratizando os processos passa a ser uma ação ainda mais importante visando alavancar o desenvolvimento setorial. Nos mesmos moldes, tendo em vista um rol de ações estratégicas, se coloca a necessidade de uma política fiscal e tributária específica no campo da aquisição de insumos para ração ou mesmo da ração já processada. Estes dois componentes: energia elétrica e ração são os mais importantes na definição dos custos de produção, os quais estão ainda muito altos na piscicultura piauiense, haja vista o baixo nível tecnológico ainda utilizado no processo produtivo.

5.1.3- Ainda que instrumentos outros de políticas públicas sejam efetivamente implementados visando o favorecimento da atividade, estes não terão eficácia se não estiverem presentes, em cada empreendimento, as condições para realização de investimentos. O **acesso ao crédito** viabiliza a melhoria da infraestrutura produtiva, a

redução de custos de produção através da adoção de tecnologias modernas, a capacitação técnica, bem como fatores influenciam diretamente nas estratégias mercadológicas, como a melhoria de processos visando o atendimento à legislação sanitária e a capacidade logística para aproveitar os períodos de sazonalidade da relação de oferta e demanda, o que leva à obtenção de melhores preços na venda. Portanto, o crédito é um fator estratégico no desenvolvimento da cadeia produtiva, mas, muito além da disponibilidade de recursos financeiros nas instituições bancárias, é preciso repensar processos específicos e adequados à piscicultura estadual, dadas as suas peculiaridades já expostas neste documento. Como apresentado na figura 6 (acima), 97% dos piscicultores não realizaram operações de crédito no Piauí. Esta realidade precisa ser avaliada e serem criados os mecanismos para sua inversão.

5.1.4- Sempre tendo em conta a noção de cadeia produtiva, é importante ter em conta que todos os elos da mesma são interdependentes. Assim, a **assistência técnica** tem relação direta com o custo de produção, com a produtividade, com a qualidade do produto final e, certamente, com o mercado já que a correta adoção de tecnologias modernas pode contribuir para uma maior profissionalização da atividade e, com isso, para melhores resultados ao longo da cadeia. O Estado do Piauí não possui um programa específico para a assistência técnica aos piscicultores e isto se reflete em vários dos temas aqui discutidos. Entretanto, mesmo diante do cenário atual de baixa capacidade operativa do órgão coordenador da assistência técnica, é possível a criação de um programa de assistência técnica especializada através de parceira do governo do Estado com as instituições vinculadas ao “terceiro setor” (Sebrae, Senar, SESCOOP) com o objetivo de viabilizar a contratação de uma empresa privada que possua expertise na área. Este modelo já foi testado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) com bastante sucesso na região semiárida do estado do Piauí.

5.1.5- O nível ainda tímido de profissionalização da piscicultura piauiense leva ao estabelecimento de uma difícil relação com os órgãos responsáveis pela fiscalização do **cumprimento da legislação sanitária**. Tendo em vista a rápida perecibilidade do peixe, procedimentos logísticos de conservação devem ser adotados imediatamente após a despesca. Para cumprir estas exigências da

legislação, os piscicultores necessitam fazer investimentos em equipamentos e insumos. Ao considerarmos os dados apresentados no item 5.2 (Acesso ao Crédito), identificamos grandes dificuldades para realização destes investimentos já que quase nenhum pequeno piscicultor realiza operações de crédito. Entramos, assim, em um círculo vicioso onde não se cumpre a legislação porque não se faz os investimentos necessários e estes não são feitos porque não se tem acesso ao crédito, o que, por sua vez, leva a uma atividade informal e, esta, por sua vez, fere a legislação. Torna-se evidente, assim, a necessidade de um programa de apoio à formalização da atividade piscícola no estado.

5.1.6- Como já demonstrado através de pesquisa de campo da consultoria Peixe Pacu, publicada em 2018, apenas 10% do peixe de cultivo produzido no Piauí chega ao mercado com algum tipo de processamento e, portanto, de agregação de valor. Este dado reforça a análise feita no item anterior (6.1.5), que já evidenciava a **precariedade do mercado** para o qual é destinado 90% do peixe piauiense. A venda do peixe inteiro fresco em mercados locais deprecia fortemente o preço final. Entretanto, para a grande maioria dos piscicultores piauienses esta é a única alternativa já que não se dispõe de estrutura logística para transporte a longas distâncias nem existem indústrias de processamento do pescado que funcionem como “âncoras” da cadeia produtiva. Mais uma vez um círculo vicioso se forma a partir do baixo preço do produto final que leva a baixa capacidade de reinvestimento e este, por sua vez, leva ao alto custo de produção que, por sua vez, é resultado do baixo nível de adoção de tecnologias, as quais não são adotadas por incapacidade de investimento.

5.1.7- Uma das maneiras, provavelmente, mais eficazes para romper este círculo vem a ser a **atração de empresas âncoras** que possam financiar parte da produção com o compromisso de adquiri-la ao final do processo produtivo. Invariavelmente, as empresas âncora participam em todas as etapas do processo produtivo. Como já defendido por Rota et al, 2017, “uma empresa de grande porte, produzindo e comercializando peixes no estado, teria uma maior facilidade em desenvolver mercados para os produtos da piscicultura, estabelecer padrões de produção/qualidade e negociar benefícios para o setor com o estado e demais

instituições, contribuindo assim com todo o setor”. Uma grande empresa do ramo de processamento dos produtos da piscicultura, além de redimensionar a cadeia produtiva estadual, também criará incentivos para que outras empresas locais invistam na atividade e passem a ser fornecedoras de insumos e equipamentos para toda a cadeia produtiva. Neste caso, o círculo formado passa a ser virtuoso no qual uma ação ou iniciativa estimula a outra e toda a cadeia produtiva passa a ter uma tração através da empresa âncora. No que compete ao poder público, a oferta de incentivos fiscais e facilidade de crédito são fundamentais para criar um ambiente atrativo para estas grandes empresas. Entretanto, enquanto a atração de uma empresa âncora não ocorre de fato, é preciso que o poder público se disponha a ser esta âncora provisória, adquirindo parte da produção através de compras públicas para alimentar escolas, hospitais, forças de segurança, presídios e distribuir para entidades que prestam serviços à população em situação de vulnerabilidade social.

5.1.8- Os níveis de exigência do mercado consumidor aumentam a cada dia e isto impõe a geração de capacidade de processamento do pescado visando a oferta de produtos com maior grau de praticidade no consumo, promovendo, ao mesmo tempo, a agregação de valor aos mesmos. Já se pode observar um movimento de diminuição da compra de peixes inteiros e um aumento na compra de produtos processados, como os filés e postas. Como citado por Rota et al, 2017, “para atender a estes mercados é necessário que haja, no estado, indústrias capazes de receber e processar os produtos da piscicultura com alto padrão de qualidade e higiene, atendendo aos padrões dos mercados mais exigentes”. Uma das estratégias mais promissoras é a do incentivo e apoio financeiro à **instalação de indústrias de processamento do pescado** nas cooperativas existentes no estado. Estas organizações já possuem um amplo conhecimento a respeito do funcionamento da cadeia produtiva nas suas respectivas regiões, bem como o melhor relacionamento com os produtores, na sua maioria, a elas filiados. **Uma das demandas prioritárias da Câmara Setorial da Piscicultura é a implantação de uma Unidade Básica de Processamento de Pescado (UBPP) no território Entre Rios**, cujos recursos já foram assegurados e serão oriundos do Tesouro Estadual. A UBPP é resultado de uma parceria entre a Câmara Setorial da Piscicultura, Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Entre Rios, Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan)

e Secretaria de Estado da Agricultura familiar (SAF). Não se deve perder de vista, no entanto, que há que haver pré-requisitos para a realização de investimentos públicos em organizações privadas e um dos principais é a presença de profissionais especializados em administração de empresas no corpo técnico destas organizações visando mitigar o risco de insucesso. Critérios devem ser estabelecidos pelos órgãos públicos gestores do programa de piscicultura estadual.

## **5.2. Principais ações da iniciativa privada a serem desenvolvidas:**

**5.2.1- Representatividade sócio-política.** É insuficiente e ineficaz depender apenas de ações do setor público, dada a natureza da gestão pública. Com o recrudescimento da crise fiscal, a disputa pelo orçamento do setor público também recrudescceu. Ou seja, diminuiu a oferta de recursos financeiros públicos e continuou aumentando a demanda. Tendo por base essa premissa, torna-se cada vez mais necessário a atuação organizada, coordenada e estratégica de cada setor da sociedade visando a participação no orçamento público. A organização referida diz respeito ao fortalecimento das entidades representativas, bem como a ampliação do seu número em todo o Estado, tudo levando ao fortalecimento estratégico da Câmara Setorial. A tabela 9 apresenta uma relação de entidades representativas dos piscicultores identificadas no Piauí.

**5.2.2- Domínio do conhecimento sobre o cenário atual e o funcionamento da cadeia produtiva.** Cabe a estas organizações representativas do setor estarem atualizadas sobre a situação atual e projetarem cenários a partir do domínio do conhecimento técnico, científico e gerencial dos fatores que impactam a cadeia produtiva. Estes documentos devem servir de base para negociações, com o poder público e do terceiro setor, para definição de ações que contribuam para dar o suporte necessário ao crescimento setorial. No Piauí, a organização sócio-política da cadeia produtiva da piscicultura ainda carece de maior fortalecimento. Apesar de existir, no estado, um significativo número de associações e cooperativas ligadas ao setor, a participação na câmara setorial ainda é incipiente, carecendo de uma estratégia de convencimento da importância da ação coletiva. Também não existe uma federação que viesse a representar politicamente o setor e tampouco a Federação da Agricultura (Faepi) cumpre este papel adequadamente. A representação do setor da piscicultura

é feita, hoje, pela Câmara Setorial, a qual também enfrenta dificuldades para ampliar o número de piscicultores e empresas que participam diretamente das suas ações. Enfim, uma das tarefas fundamentais a serem cumpridas pelo setor privado, sob a coordenação da Câmara Setorial, é ampliar a organização setorial fortalecendo entidades existentes e, ao mesmo tempo, criando novas.

**5.2.3- Parcerias** – A relação com o setor público não deve ser apenas em mão única, tendo o setor público como mero provedor. Também é essencial a disposição e a criação de condições objetivas para o exercício da parceria. Muitos instrumentos de política pública exigem esta modelagem, principalmente quando o poder público prover uma infraestrutura física de interesse setorial e necessita que o setor privado faça a sua gestão; também nos casos de operações de crédito que exigem aval solidário; ou ainda nas campanhas de controle sanitário que necessitam do engajamento efetivo do setor privado. Enfim, esta consciência e disposição deve estar sempre presente e elas serão mais fortes à medida em que os debates no âmbito da Câmara Setorial são realizados com a abrangência e a profundidade necessárias.

**Tabela 9 – Entidades associativas da piscicultura no estado do Piauí**

<b>Entidade</b>	<b>Município</b>	<b>Corpo d'ádua</b>
Associação de Pescadores do Açude Piaus	Pio IX	Barragem Piaus
Associação de Piscicultores de Batalha – APIBA	Batalha	Rio Longá
Associação de Piscicultores Ribeirinhos do Açude de Piracuruca	Piracuruca	Barragem de Piracuruca
Associação dos Criadores de Peixe do Baixo Parnaíba	Luzilândia	Lagoa do Cajueiro
Associação dos Criadores de Peixes do Município de Madeiro – SOPEIXE	Madeiro	Lagoa dos Mutuns
Associação dos Pescadores de Manjuba do Rio Igaruçú	Parnaíba	Rio Igaruçú
Associação dos Pescadores e Aquicultores de Patos do Piauí	Patos do Piauí	Açude Marruás
Associação dos Pescadores e Piscicultores do Município de Luzilândia	Luzilândia	Lagoa do Cajueiro
Associação dos Piscicultores da Comunidade Araujo Salinas	Oeiras	Barragem Salinas
Associação dos Piscicultores de Francisco Macedo	Francisco Macedo	Barragem do Estreito
Associação dos Piscicultores de Landri Sales do Piauí	Landri Sales	Lagoa da Velha

Associação Piscicultores da Lagoa do Cajueiro	Luzilândia	Lagoa do Cajueiro
Associação Rural dos Irrigantes e Piscicultores da Comunidade Moreira	Dom Inocêncio	Barragem Jenipapo
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-51 de Conceição do Canindé	Conceição do Canindé	Barragem Pedra Redonda
Colônia de Pescadores Z-17 de Joaquim Pires	Joaquim Pires	Lagoa do Cajueiro
Cominidade Kolping de Conceição de Canindé	Conceição do Canindé	Barragem Pedra Redonda
Cooperativa Aquícola Regional de Picos	Bocaina	Barragem de Bocaina
Cooperativa de Pescado do Vale do Parnaíba (PESCOO)	Teresina	Território Entre Rios
Educandário Nossa Senhora do Bom Sucesso (Curimatá Piauí)	Curimatá	Barragem de Algodões II
Predeitura Municipal de Monte Alegre Piauí	Monte Alegre	Lagoa dos Paus
Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí	São Francisco do Piauí	Barragem Salinas
Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Barragem de Mesa de Pedra	Valença	Barragem Mesa de Pedra